MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

4.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 31:739

Com fundamento nas disposições do artigo 35.º e sua alínea b) do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, depois de ouvido o Ministro das Finanças, nos termos do n.º 1.º do artigo 9.º do decreto-lei n.º 22:470, de 11 de Abril de 1933;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Justiça, um crédito especial da quantia de 600\$, destinado a reforçar a dotação consignada a «Luz, aquecimento, água, lavagem e limpeza» do Arquivo de Identificação, devendo a mesma importância ser adicionada à verba inscrita no n.º 1) do artigo 351.º, capítulo 7.º, do orçamento respeitante ao corrente ano económico do segundo dos mencionados Ministérios.

Art. 2.º É anulada a importância de 600\$ no n.º 1) do artigo 348.º, capítulo 7.º, do actual orçamento do Ministério da Justiça.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 17 de Dezembro de 1941. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite.

Decreto n.º 31:740

Com fundamento no disposto no § 1.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, e no artigo 37.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. São transferidas no orçamento do Ministério da Justiça respeitante ao corrente ano económico as seguintes verbas:

CAPÍTULO 6.º

Tutoria Central da Infância de Lisboa e Refúgio Anexo

Pagamento de serviços e diversos encargos:

Das seguintes dotações:

Artigo 208.º — Despesas de comunicações:

2) Telefones	250:00
3) Transportes	3.500:50

Artigo 209.º — Encargos das instalações:

1) Seguros das propriedades	800:50
	<hr/>
	4.550:50

Para o artigo 207.º — Despesas de higiene, saúde e conforto:

2) Luz, aquecimento, água, lavagem e limpeza	4.550:50
--	----------

Este decreto foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, nos termos da parte final do artigo 37.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 17 de Dezembro de 1941. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 31:741

Com fundamento no disposto no § único do artigo 4.º do decreto-lei n.º 27:563, de 13 de Março de 1937;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Casa da Moeda a celebrar contrato, no corrente ano económico, com a firma Manuel Reis Morais & Irmão para a aquisição de uma guilhotina de precisão e corte rápido.

Art. 2.º O encargo total deste contrato, na importância de 89.950\$, será pago no ano económico de 1942.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 17 de Dezembro de 1941. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — João Pinto da Costa Leite.

2.ª Repartição

Em cumprimento do disposto no artigo 7.º do decreto-lei n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, e para os devidos efeitos, se publica que, por despacho de S. Ex.ª o Sr. Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social de 12 do corrente, foi autorizada, ao abrigo do § 2.º do artigo 17.º do decreto-lei n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, a transferência da quantia de 500\$ da verba de 1.500\$ inscrita no n.º 1) do artigo 120.º do capítulo 8.º do orçamento do Ministério das Finanças respeitante ao actual ano económico para reforço da verba de 2.500\$ inscrita no n.º 2) dos mesmos artigo, capítulo e orçamento.

2.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 13 de Dezembro de 1941. — O Chefe da Repartição, B. Diniz Soares.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Repartição do Gabinete

Decreto n.º 31:742

Considerando a necessidade de adquirir material para equipamento da Escola de Artilharia Naval, cujo custo, de harmonia com as condições de fornecimento acordadas, deve ser satisfeito no ano económico corrente e nos de 1942 e 1943;

Com fundamento no § único do artigo 4.º do decreto-lei n.º 27:563, de 13 de Março de 1937;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É autorizado o Ministério da Marinha, por intermédio do conselho administrativo da Direcção